

Por uma Assistência Estudantil para além do assistencialismo

Movimento por uma Escola Popular (MEP)

Podemos dizer que a educação, em um sentido amplo, é um processo histórico e cultural de atualização e transmissão do conhecimento acumulado por várias gerações. A forma como esse processo se desenvolve depende de cada sociedade concreta, das relações econômicas, políticas e sociais gestadas em sua conformação. Uma das faces assumidas pela educação é a educação formal, um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988 (Art. 6º) e efetivado mediante a implementação de políticas sociais.

A educação formal constitui um direito universal e uma política social, isto é, uma política regulada pelo Estado, tendo em vista, segundo a CF/88, Art. 205, o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Quanto a esta última observação, podemos afirmar que a qualificação para o trabalho tem significado na sociedade atual tornar os cidadãos aptos para a produção e reprodução do capital. Sabemos que sob o regime do capital, o Estado constitui instrumento de garantia da reprodução social por meio dos seus diversos aparatos que buscam atenuar os conflitos de classe - capital x trabalho. Assim, para a garantia das taxas de lucro, a sociedade de mercado regida pela reprodução ampliada de capital lança mão de diversos mecanismos que buscam sempre a estabilização do sistema.

Nesse sentido, algumas concessões são feitas pela pressão dos trabalhadores e seus movimentos. Ou seja, embora a educação na sociedade de mercado tenha como fator determinante a reprodução do capital, ela também abarca concessões aos trabalhadores quando a conjuntura e as pressões dos movimentos da educação de alguma forma ameaçam a estabilidade necessária. Isso porque a educação formal, enquanto política social, assim como as demais políticas sociais, resulta das contradições postas pela luta de classes e constitui mediação necessária para a chamada coesão social.

Além disso, a educação, segundo Fiúza (2012, p. 5), "passa a ser um importante mecanismo de enfrentamento da questão da pobreza com conteúdos impregnados de ideologia, com o objetivo de manter um ambiente seguro para os negócios". É nesse sentido que o Banco Mundial, a partir de 1990, conforme Fiúza, volta sua atenção para investimentos em educação, mas um investimento precário que preconiza uma formação profissional e um ensino curto, como bem pontua Roberto Leher (1999), uma vez que os países periféricos "têm sua produção restrita a mercadorias de baixo valor agregado,

requerendo um trabalho pouco qualificado" (FIÚZA, 2012, p. 5).

Para atender a essas demandas postas pelo Banco Mundial, no Brasil, os governos do PT, ao optarem pela política de conciliação de classes, se valeram de variadas ações, tendo em vista o acesso e a permanência de estudantes nas instituições de ensino. Para exemplificar, houve o Programa Universidade Para Todos (Prouni), que oferece vagas em instituições privadas através de isenções fiscais; e o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES). Tais programas são cercados de polêmicas, uma vez que, ao invés de focar em investimentos na Educação Pública, o governo transfere recursos públicos para o mercado de ensino privado.

Simultaneamente, as mudanças recentes nas IFES - Instituições Federais de Ensino Superior - postas nos anos 2000, trouxeram uma nova realidade na qual tem-se cada vez um número maior de estudantes oriundos da classe trabalhadora. Dentre essas mudanças, podemos citar o estabelecimento de cotas e a ampliação das universidades e institutos federais, levando essas instituições aos interiores do Brasil, onde a população está imersa em condições ainda mais fragilizadas. Esse movimento tornou necessária a introdução de políticas de permanência para que esses estudantes, oriundos das camadas pauperizadas da sociedade, possam concluir seus cursos nas universidades e institutos federais. Com base nisso, podemos situar a assistência estudantil, hoje, como uma política social focada em garantias de acesso e permanência aos estudantes em condições sociais fragilizadas.

É um fato que as ações de Assistência Estudantil começaram a ganhar destaque em 2007, quando foi criado, através da Portaria Normativa nº 39, do MEC, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, regulamentado mais tarde, em 2010, pelo Decreto Nº 7.234, que dispõe sobre os objetivos e as ações de assistência estudantil a serem adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Tais ações preconizam a diminuição das desigualdades

sociais e regionais, de forma a democratizar o acesso à Educação Superior, abrangendo também os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Embora a Assistência Estudantil tenha ganhado importância nos governos do PT, a partir de 2018, ela está inserida em um cenário marcado pela regressão de direitos, "por desmonte de direitos sociais, reformas trabalhista e da previdência, congelamento dos

investimentos públicos por 20 anos, abertura do pré-sal ao capital estrangeiro, reforma do Ensino Médio, privatização e desmonte dos bancos públicos, terceirização irrestrita, destruição do Sistema Único de Saúde" (PRADA; SURDINE, 2018, p. 270).

Diante dessa conjuntura, a atuação das políticas de Assistência Estudantil tem sido extremamente restrita, isto é, ao invés de promover a universalização do acesso à

educação — preferencialmente a uma educação emancipadora —, foca em tentar mitigar algumas das mazelas das populações mais pobres, de modo que sirva "à coesão social e às ideologias de ascensão social via educação, num período de agudização das expressões da questão social, do desemprego estrutural e da desigualdade" (FIÚZA, 2012, p. 498). É nesse sentido que o decreto do PNAES focaliza as ações de assistência estudantil ao atendimento prioritário de "estudantes da rede pública de Educação Básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio" (BRASIL, 2010, Art. 5º). Fica claro, aqui, que a formação da força de trabalho deverá ser de acordo com as necessidades de acumulação do capital, que necessita de uma formação pouco qualificada e rápida, que reforce a ideia da inclusão e ascensão social por meio do acesso à educação possibilitado pela Assistência Estudantil.

Diante dessa necessidade de melhora instrucional da população nos níveis médio e superior numa conjuntura de cortes orçamentários, qual tem sido a realidade dos IF's na execução das ações de assistência estudantil? Deparamo-nos, hoje, com uma situação em que, numa lógica do oferecimento de bolsas para compensar a ausência de infraestrutura física adequada, a maioria dos IFs têm suas ações voltadas a programas de alimentação, transporte, auxílio moradia, auxílio creche e auxílio material. Dessa forma, ao mesmo tempo que busca atenuar os impactos da pobreza, tem-se um

enxugamento de gastos numa conjuntura de recursos limitados, uma vez que a instituição fica isenta de se responsabilizar com a gestão e manutenção de, por exemplo, restaurantes e residências estudantis, bem como aquisição de meios de transporte. Dentro deste quadro, o auxílio ou bolsa permanência com caráter seletivo tem sido ofertado em 44,7% das instituições, atendendo aos considerados mais pobres por meio de análise socioeconômica (PRADA; SURDINE, 2018, p. 280). A lógica que impera é de uma assistência residual que atenda aos mínimos sociais através de critérios seletivos e excludentes.

É fundamental que seja destacado, tendo como parâmetro o ano de 2008, que a expansão de vagas da assistência estudantil foi realizada com crescimento das

instituições em 512% ao mesmo tempo em que se verificou um preocupante crescimento de apenas 11% do número de docentes (BRASIL, 2012). Além disso, o crescimento precário de recursos humanos também esteve acompanhado de uma precária estrutura no que se refere aos prédios dos institutos, com casos de instalações emprestadas inadequadas, bem como pela falta ou precariedade de bibliotecas, laboratórios de informática e de ciências. Mais recentemente, no cenário de crise instaurado pela pandemia de Covid-19 e pela forma desastrosa como os governos federais e estaduais têm lidado com a situação, as desigualdades educacionais tornam-

se ainda mais gritantes, com a atuação da Assistência Estudantil se resumindo muitas vezes, e quando muito, a oferecer cestas básicas de alimentação e auxílio para que estudantes tenham acesso a internet por meio de pacotes de dados. Ao mesmo tempo, o governo lança campanha publicitária com “estudantes” de classe média em suas casas defendendo a manutenção das datas inicialmente previstas para o ENEM, escancarando ainda mais a discrepância entre as condições de acesso à educação de diferentes camadas da população.

A assistência estudantil tem sido ofertada por meio de programas seletivos e universais, no entanto, entre os ditos universais estão os meritocráticos voltados a bolsas de estudo tendo como critério um melhor rendimento. Além disso, a prioridade é pelos programas seletivos, isto é, aqueles voltados para estudantes com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio e/ou provenientes da rede pública de educação básica. Pior, nem todos esses estudantes são atendidos, ficando a execução dos programas de seleção

limitados aos mais pobres ou necessitados. Nesse sentido o que tem prevalecido é a mesma lógica que impera nas políticas sociais, isto é, focalização, seletividade e residualidade. Esse caráter assistencialista põe obstáculos à bandeira pela universalidade da política de assistência, que poderia ser concretizada em ações voltadas para a construção de restaurantes e moradia estudantil, meios de transporte ou passe livre. Tal realidade de disputa por recursos leva a uma fragmentação das lutas estudantis, dificultando o fortalecimento de espaços coletivos.

Dito isto, algumas questões tornam-se relevantes do ponto de vista da organização política: *quais alternativas e bandeiras poderiam ser pensadas para fortalecimento da luta dos movimentos por um ensino público de qualidade no âmbito da assistência estudantil?* Pensamos que o apoio aos profissionais que lidam com a assistência para que possam ocupar os espaços de gestão nos quais é decidida a destinação dos orçamentos favorece

a correlação de forças no sentido de ampliação e utilização dos recursos, o que possibilitaria a permanência de maior número de estudantes oriundos das camadas mais pauperizadas da sociedade. O acesso ao conhecimento por parte desta população é fundamental para que se possa tomar consciência dos processos de disputa constituintes da sociedade do capital. Além disso, a defesa da autonomia profissional dos assistentes sociais na formulação e implementação dos programas de assistência é imprescindível, uma vez que os regulamentos formulados pelo governo sem ampla participação da categoria limitam e reduzem as possibilidades de escolhas da prática profissional comprometida com as lutas dos estudantes da classe trabalhadora.

Sabemos que sem formas de permanência dos estudantes, o que teremos é impossibilidade de acesso e/ou maiores taxas de evasão de estudantes pertencentes a

famílias mais pobres. Nesse sentido, a luta política pela universalização da educação passa pela criação e execução de programas de acesso e permanência. É nesse sentido que, embora seja importante a ampliação desses programas por meio de auxílios e bolsas, é imprescindível a sua ampliação por meio da implementação com qualidade de laboratórios de informática e ciências, bibliotecas, moradia estudantil, restaurantes com alimentação adequada, meios de transporte e suporte acadêmico como material didático. Além disso, tem se tornado cada vez mais importante o desenvolvimento de ações de assistência à saúde física e, principalmente, mental, uma vez que tem sido crescente o número de estudantes com depressão e transtornos de ansiedade. Nesse sentido, também é necessária a discussão ampla sobre a diversidade de fatores que causam e agravam a saúde dos/as estudantes, como a carga horária elevada, a pressão por rendimento, a competitividade, e as próprias condições materiais de permanência e êxito acadêmico.

Do ponto de vista emergencial, é um fato que obtivemos avanços, com ampliação de garantias materiais objetivas para uma parcela dos estudantes, mas de forma insuficiente, residual e focal. Nosso horizonte é pela universalidade da assistência estudantil enquanto um direito social não apenas concedido, mas conquistado pela reivindicação e luta dos estudantes, trabalhadores, profissionais da educação e demais movimentos populares. Embora a educação atenda aos interesses do capital, ao preparar a força de trabalho para o mercado, ela também atende aos interesses dos trabalhadores, uma vez que permite o acesso ao conhecimento histórico e cultural produzido e acumulado. Uma vez que a educação formal encontra-se limitada pela lógica do capitalismo, é imperativa a construção de uma educação popular, que seja emancipadora, crítica, e atenda aos interesses das camadas populares. Assim, como forma de transição, defendemos que a educação seja construída a partir da participação democrática dos estudantes e trabalhadores da educação, mas para além disso, que ela possa formar a consciência dos trabalhadores para que sejam partícipes da construção do conhecimento crítico. Para tanto, na conjuntura atual, a Assistência Estudantil é fundamental para o acesso, a permanência e a saída exitosa. O aumento da participação social no jogo político é fundamental para o sucesso das bandeiras do movimento por uma educação pública, gratuita e de qualidade e para a construção de uma educação popular, isto é, aquela em que possa se gestar um projeto político de emancipação das camadas populares.

Diante disso, defendemos a luta:

- 1 - Pela participação democrática dos estudantes e trabalhadores da educação nas instâncias de decisão

2 - Pela defesa da autonomia dos IFs na destinação e utilização dos recursos

3 - Por ampliação dos auxílios e das bolsas permanência

4 - Pelo aumento dos recursos destinados à assistência à saúde dos estudantes

5 - Pela ampliação do número de profissionais responsáveis pela elaboração e implementação da política de assistência estudantil nos IFs, garantido-se a autonomia profissional na formulação e condução dos programas de assistência

6 - Por uma infraestrutura adequada para as demandas dos IFs, com a construção de restaurantes/refeitórios, moradia estudantil, bibliotecas, laboratório de informática e de ciências

7 - Por uma democratização verdadeira do acesso, com o fim de processos seletivos meritocráticos